REVISTA PORTUGUESA
DE
CIÊNCIAS VETERINÁRIAS

História dos Serviços Veterinários de Angola – Os primeiros anos

History of the Veterinary Services in Angola – The first years

António Martins Mendes

Faculdade de Medecina Veterinária, R. Prof. Cid dos Santos, 1300-477 Lisboa

Resumo: Os Serviços Pecuários de Angola foram criados no ano de 1923 pelo Alto Comissário General Norton de Matos, na sequência das reformas administrativas decretadas para as Colónias que lhes permitia alguma autonomia. A rápida evolução económica e administrativa que então se registou, fez com que outro Alto-Comissário, o Coronel Vicente Ferreira, modernizasse as medidas decretadas por Norton de Matos, dando um grande impulso aos recém-criados Serviços. No fim da sua 1ª década de existência, estava em construção um grande Laboratório de Patologia Veterinária; existiam duas Estações Zootécnicas, doze Delegações de Sanidade Pecuária e 15 médicos-veterinários, com menos de 40 anos de idade e mais de 5 anos de permanência na Colónia. Após 1935 as actividades veterinárias diminuiram até 1942, quando se adoptaram políticas mais adequadas e uma nova era se abriu aos serviços veterinários.

Summary: Veterinary Services in Angola started in the year 1923 by the High Commissioner Norton de Matos. Another High Commissioner Colonel Vicente Freitas continued the work initiated by Norton. The Services developed rapidly and ten years later a large Laboratory was being built, there was two Zoothecnical Stations, twelve Veterinary District Delegates and 15 veterinary surgeons, all of them with not less than five years of local practise and not older than 40 years. After 1935 the veterinary activities were diminished, until 1942, when a more correct politic was applied and a new era was opened to the Veterinary Services.

Introdução

Em escritos anteriores temos vindo a traçar as origens dos Serviços Veterinários ou Pecuários de Angola, procurando mostrar como foram lentos e difíceis a sua implantação e desenvolvimento, dependentes como estavam das políticas que o governo central definia para o território.

Periodicamente esboçavam-se, aberta ou encapotadamente, tentativas para a ocupação, divisão e distribuição das colónias portuguesas africanas por diversas potências europeias, sob a alegação da incapacidade económica de Portugal para proceder à sua ocupação e desenvolvimento. Sempre animados das "melhores intenções" todos esses pretendentes afirmavam-se, convictamente, estrénuos defensores dos habitantes desses territórios pois por esse tempo ainda não existiam "direitos humanos"… Tinham esses bem-intencionados benfeitores (alemães, ingleses, belgas, etc.) alguma razão pois também se sentiam no direito de participar na exploração das coutadas que os portugueses reservavam para uso exclusivo de alguns… Com a proclamação da República pouco mudara. Os numerosos interesses privados instalados nas colónias e vivendo da sua exploração, permaneciam imutáveis. Apenas se constituíra um Ministério do Ultramar, pois as colónias deixaram de fazer parte dos Negócios da Marinha. Mas a ignorância dos Ministros, dos diversos Directores-Gerais e de quase todos os restantes funcionários ministeriais até aos mais simples contínuos ou aos mercadores privados que permaneciam inamovíveis nos seus postos, mentalidades, "capelas e capelinhas" essa permanecia activa…

O primeiro Governador-Geral de Angola que se preocupou com a falta de Serviços Veterinários foi o então major Manuel Maria Coelho, ao criar uma secção veterinária, na Inspecção de Agricultura, em Março de 1911. Foi ainda durante o seu governo que, por decreto publicado no respectivo "Diário do Governo", sob a assinatura do Presidente António José de Almeida, o médico-veterinário José Coelho da Rocha foi incumbido de executar a primeira organização e um regulamento dos Serviços Veterinários da Província de Angola os quais precederam a presença na Província de médicos-veterinários (Mendes, 2000a). Esses documentos foram depois aprovados por uma comissão de que fazia parte o médico-veterinário António Morais, mas nenhum deles teve qualquer consequência pois o governo central deitou-os no caixote do lixo… (Mendes, 2000b).

O major Manuel Maria Coelho era uma figura republicana de grande prestígio. Na sequência do ultimato de 1890 interviera activamente na 1ª tentativa para a proclamação da República em Portugal, comandando as tropas revoltosas em 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto. Fora por isso julgado em Conselho de Guerra e condenado a cinco anos de degredo em Angola. A sua nomeação para o cargo representou portanto uma espécie de reparação por essa condenação. A sua actividade em Angola foi porém muito

curta, decorrendo entre 18 de Janeiro de 1911 e 26 de Janeiro de 1912, como aliás era norma por essas épocas, sempre que os governadores pretendessem "Governar" pois não era para isso que os mandavam para as colónias… Foi por sua iniciativa que, por decreto de 4 de Maio de 1911 (S/A, 1911) se criou a circunscrição civil do Huambo na sequência, aliás, de medidas tomadas por outro grande Governador -Geral Interino que o precedera, o capitão Henrique Mitchel de Paiva Couceiro que ordenara a colocação nessa região de uma autoridade administrativa «… na parte oeste do planalto de Benguela, a que primeiro será cortada pelo caminho de ferro e onde virá a pronunciar-se tendência para a concentração de novas instalações comerciais e agrícolas para a afluência de populações…».

Manuel Maria Coelho era um homem culto, com uma personalidade leal e altiva, como mostrara perante os juízes que o condenaram e não aceitaria pactuar com a situação que então se vivia em Angola.

A ele sucederam-se mais dois Governadores-Gerais interinos até ser empossado no cargo, em 17 de Junho de 1912 o major do Estado Maior José Mendes Ribeiro Norton de Matos, que também não era um obscuro oficial do exército, mas igualmente um homem culto, corajoso e ambicioso, que desempenhava funções na Repartição de Agrimensura do Estado da Índia.

O Governador-Geral Norton de Matos passou como um vendaval por Angola, nos anos que precederam a primeira grande guerra mundial, pondo fim à ocupação militar e iniciando a administração civil, demolindo e implantando novas estruturas, produzindo alguns fortes abanões na administração do território – os primeiros que se davam em Angola – os quais visavam a resolução dos constrangimentos ou a anulação dos interesses que as autoridades, industriais e comerciantes todos combinados e comodamente instalados na Praça do Comércio ou/e na "Baixa Lisboeta", defendiam com quantas unhas e dentes possuíam. A larga visão desse Homem de Estado não pactuava com essas mentalidades mesquinhas e entendia que as Províncias Ultramarinas só poderiam desenvolver-se se os responsáveis pela sua administração pudessem dar resolução atempada aos problemas que afligiam os seus habitantes e impediam o normal desenvolvimento desses territórios. Norton de Matos ao desembarcar em Luanda, pela primeira vez, anunciou logo ao que vinha. O seu discurso de posse desenvolveu-se sob o tema: «Ordem e Progresso – tudo se contém nisto; respeito pela lei, justiça em tudo e todos, uma grande disciplina em todos os serviços, o mais inflexível rigor na repressão de todos os abusos, corrupções ou desonestidades, a mais severa fiscalização na administração dos dinheiros públicos, o mais franco auxílio a todas as iniciativas fecundas, uma decidida e eficaz protecção a todos os que dela careçam».

Foi no seu primeiro governo que se olhou para os problemas da agricultura e da pecuária coloniais de uma forma diferente, como factores eminentemente responsáveis pelo bem-estar físico e material dos seus habitantes (Mendes, 2000b). Mas o tempo marchou em sentido contrário ao seu, encaminhando-se para a guerra. Pode dizer-se que Portugal participou nessa luta, levado pela sua mão, pois foi ele o grande obreiro, como Ministro da Guerra, para a presença de um Corpo Expedicionário combatente nos campos da Flandres ao lado dos soldados da Grã-Bretanha e para o envio de tropas que defendessem as fronteiras de Angola e de Moçambique das incursões dos alemães seus vizinhos, candidatos à usurpação dos direitos que, desde há muitos anos, os portugueses, aí detinham.

Com o fim da guerra mundial de 1914 – 1918, a situação interna das colónias portuguesas tendia a modificar-se. Aumentava a emigração, embora lentamente, e, como sua consequência, cresciam os problemas exigindo maiores, e mais rápidas atenções do governo (Mendes, 2001a). Angola estava também em paz. A fonte de instabilidade que a colónia alemã do Sudoeste Africano (actual Namíbia) representava fora finalmente anulada.

Apesar de algumas dificuldades junto à fronteira Sul, quando a guerra terminou não existiam soldados estrangeiros em territórios portugueses. As grandes áreas de criação de gado no sul estavam também pacificadas. Aumentavam as trocas comerciais com os camponeses do interior. Nas cidades litorais criavam-se ou desenvolviam-se firmas com algum poder económico que exigiam do governo um maior interesse. As pressões sobre as colónias africanas portuguesas obrigavam igualmente ao seu maior e mais efectivo desenvolvimento, pois eram agora, uma vez mais, cobiçadas por ingleses, belgas, sul-africanos, polacos…

Terminado o conflito, pese embora o curto e efémero interregno da germanofilia de Sidónio Pais, foi ainda a Norton de Matos que se ficou devendo a integridade territorial das colónias e se lançaram as bases para uma nova administração colonial, descentralizada, embora talvez não tanto como ele desejaria, instituindo-se o sistema de Altos-Comissariados.

Norton de Matos, promovido a General por distinção, depois de exonerado acintosamente de oficial do exército, acusado de deserção por Sidónio Pais, foi eleito pelo Senado como Alto-Comissário para Angola. Dotado de poderes legislativos e administrativos, mas lutando sempre, contra as forças mais retrógradas instaladas no Terreiro do Paço e territórios vizinhos, tomou posse, em Luanda, na residência oficial em 16 de Abril de 1921, para dar início a um dos períodos de maior desenvolvimento e progresso da Província, dando continuidade ao programa que traçara durante o seu primeiro governo e introduzindo reformas que se perpetuaram pelos anos fora e permaneceram até à independência do território.

Quando em 1932 (S/A, 1932a) o Ministro das Colónias Armindo Monteiro (de seu nome – Armindo

Rodrigues de Sttau Monteiro, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e discípulo de Salazar) visitou Angola e pode cruzar esse imenso País, numa ampla demonstração de posse, pela primeira vez realizada por um representante dos seus donatários, foram ainda as estradas que Norton de Matos mandara rasgar nas suas florestas e montanhas que permitiram a viagem. Uma das consequências dessa viagem foi a suspensão do envio, para as Províncias Ultramarinas, de degredados por delitos comuns, a pedido de um grupo de colonos. Manteve-se apenas o degredo para os delitos políticos…

Obrigado, por força das circunstâncias a combater em duas frentes, Norton de Matos acabou por ser vencido pelas mesmas forças políticas que em Portugal se digladiavam, mas seu nome ficou na história enquanto que os dos outros, dos que se lhe opunham, há muito foram esquecidos…

Os Altos Comissários tinham poderes legislativos e administrativos que podiam usar desde que não fossem contrários às ordens emanadas do Governo Central. Um pouco como o que se passa actualmente com a autonomia das regiões insulares...

Primeira orgânica dos Serviços Pecuários

Vem todo este intróito a propósito da história dos Serviços Pecuários de Angola porquê? – perguntarão os leitores. Porque o General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, ao criar as Secretarias Provinciais e ao incluir na Secretaria de Agricultura e Agrimensura a Repartição Superior de Pecuária, deu aos Serviços a desejada e necessária independência, a sua primeira organização e o seu primeiro impulso, (S/A, 1923), conforme já escrevemos, já quase no fim do seu governo. Essa documentação foi depois completada pela aprovação e entrada em vigor do primeiro quadro do pessoal médico-veterinário, em 1924 (S/A, 1924b), ano em que se publicou o respectivo diploma, já com a assinatura do encarregado do governo, o coronel do Estado Maior, Miguel de Almeida Santos.

Tratava-se de um pequeno corpo de médicos-veterinários, imbuídos de uma mística de serem úteis, que ainda hoje nos admira quando relemos os seus relatórios. Contratados lentamente, mas finalmente libertos de tutelas que não reconheciam o seu trabalho e não compreendiam o seu esforço, puderam mostrar quanto valiam. Lançados no "mato", quase sem transportes, colocados, um em cada distrito, dispondo apenas dos mais elementares meios de trabalho, causaram de facto a admiração dos poderes públicos e privados, conquistando um prestígio profissional que perdurou pelos tempos fora. Quase todos eles eram chefes de si próprios.

A Repartição Superior de Pecuária tinha a sua sede em Luanda (Mendes, 2001a; S/A, 1923). Compunham-na, além do Director dos Serviços Pecuários, dois Chefes de Repartição – todos médicos-veterinários. À direcção competia encarregar-se dos assuntos das delegações da Sanidade Animal de Luanda e de Santo António do Zaire, por não existirem Delegados nesses distritos. O mesmo sucedia aos assuntos da Quibala, entregues a Malange e aos do Cubango, pela mesma razão, a cargo do Huambo. Os distritos de Malange, Lobito, Ganda, Quilengues, Huambo (Nova Lisboa), Moxico (Vila Luso), os postos zootécnicos da Humpata e da Ganda foram igualmente dotados com Directores privativos. A Estação Zootécnica de Quizenga, que nunca funcionara, foi extinta. O posto zootécnico da Humpata passou a designar-se Estação Zootécnica do Sul (S/A, 1923).

Entretanto, a intriga ao redor do Alto-Comissário atingia o seu auge. Norton de Matos, numa tentativa para esclarecer a situação embarcou para Lisboa, em 18 de Setembro de 1923, mas nunca mais voltou, deixando o Coronel do Corpo do Estado Major Miguel de Almeida Santos, que desempenhava as funções de Secretário Provincial do Interior, como seu substituto (Lobo, 1964).

Investido nas funções de encarregado do Governo-Geral, o coronel Miguel de Almeida Santos assinou portarias desde 18 de Julho de 1927 a 18 de Outubro do mesmo ano, incluindo a número 25 (S/A, 1924b) que fixava o quadro do pessoal dos Serviços Pecuários. Nesse documento especificava-se que o pessoal do quadro seria preenchido à medida que as necessidades do serviço o exigissem e consoante as disponibilidades orçamentais o permitissem (S/A, 1924b). Estavam previstos: 1 chefe de Repartição Superior; 1 médico – veterinário director do Laboratório de Patologia Veterinária; 1 médico – veterinário, chefe da Secção Técnica; 2 médicos veterinários, directores de Estações e Postos Zootécnicos; 20 médicos – veterinários chefes de 1ª e 2ª classes. Além deste pessoal técnico superior previa-se ainda a existência de: a) pessoal técnico auxiliar; b) pessoal indígena auxiliar e c) pessoal de secretaria (S/A, 1924b).

Naturalmente não foi possível, de imediato, a nomeação de todo o pessoal do pequeno quadro, que fora aprovado. Mas queremos deixar aqui expressos os nomes desses colegas pioneiros, dos "cabouqueiros da profissão", alguns já referidos em publicações anteriores, os quais passaram grandes agruras no desempenho de suas funções (Mendes, 2000a,b; Mendes, 2001a): Artur Elviro de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, Geraldo Gomes Loureiro, Carlos Baptista Carneiro, Frederico Bagorro Sequeira, Augusto Lourinho, Jaime Leite Velho, Bernardino Alves Freire, António Tavares Lebre, António de Oliveira Morais, João Esteves Gonçalves Calado, António Augusto Aires, António Afonso Moita, Abel Lima do Sacramento Pratas, António Capela, João Carlos Pessoa de Amorim Serra, Álvaro Henriques da Silva, Armando da Conceição Simões.

Um dos primeiros trabalhos de equipa, realizado no mato, foi o que competiu à Missão Veterinária da Huíla, durante parte dos anos de 1926 e 1927, quando

uma epizootia de carbúnculo sintomático, ameaçou destruir a pecuária do Sul. Toda a sua actividade foi desenvolvida nas mais adversas e desconfortáveis situações e no meio de tremendas intrigas desenvolvidas pelas autoridades veterinárias do protectorado britânico do Sudoeste Africano, que já descrevemos (Mendes, 2001b). Alguns anos mais tarde, face aos bons resultados conseguidos pretendeu –se que os seus trabalhos fossem continuados, sem prejuízo para os restantes, que estivessem a cargo dos Serviços Pecuários, por um despacho do Encarregado do Governador e depois Governador-Geral Interino Coronel Eduardo Ferreira Viana, em 15 de Março de 1933. Compunham esta nova missão o Dr. Frederico Bagorro Sequeira – que era nessa época o delegado de sanidade pecuária do Lobito, que a chefiava, e estava dividida em dois núcleos: a) núcleo da Hanha e Bibala – médicos-veterinários adjuntos – Dr. Augusto Lourinho, delegado de sanidade pecuária dos Gambos; Dr. João Carlos Pessoa de Amorim Serra, delegado de sanidade pecuária de Quilengues e Dr. José Joaquim Capela; b) núcleo do Cubango: Dr. Armando da Conceição Simões, delegado de sanidade pecuária de Malange e Dr. Álvaro Henriques da Silva, delegado de sanidade pecuária de Vila Teixeira de Sousa; a Missão era completada por dois ajudantes de pecuária e três auxiliares de pecuária. Ainda segundo o mesmo despacho a Delegação de Sanidade Pecuária do Lobito ficaria a cargo de um dos médicos-veterinários da Missão, por rotação, mas sem direito a qualquer gratificação; os trabalhos da Delegação de Sanidade Pecuária de Quilengues correriam sob a direcção do chefe da Missão, o qual orientaria também os da Delegação de Pecuária do Lobito.

Julgamos que esta Missão jamais funcionou. Até nós não chegou qualquer documento relativo a quaisquer trabalhos por ela realizados. Naturalmente que se ignora também quem teria sido o autor ou proponente de semelhante despacho. Aliás, quem conheça minimamente Angola reconhece que essa Missão não tinha a mínima viabilidade, tão grandes eram as distâncias – centenas de quilómetros – que separavam os seus diversos componentes, distribuídos oficialmente por: Malange – Lobito – Quilengues, Bibala, Vila Teixeira da Silva, Gambos. Uma "salada" tão grande que somente poderia ter saído da cabeça de alguém que vivia alheado da realidade angolana.

Além disso o encarregado do governo autor do despacho, o Coronel Ferreira Viana, embarcou para Lisboa em 28 de Novembro de 1934, quando fez entrega do lugar a outro Encarregado do Governo-Geral, o Dr. Júlio Garcês de Lencastre.

Nova orgânica dos Serviços de Pecuária da colónia de Angola

A sucessão de Norton de Matos não foi fácil. Desde 18 de Setembro de 1923 a 10 de Junho de 1925 sucederam-se dois encarregados do Governo e um Governador-Geral Interino.

Em 10 de Junho de 1925 desembarcou em Luanda o tenente-coronel de engenharia Francisco da Cunha Rego Chaves, novo Alto-Comissário e Governador-geral, o qual resistiu pouco mais de seis meses.

Sobre esta nomeação e a actividade desenvolvida pelo novo Alto-Comissário escrevia, em 1928, o capitão Gastão Sousa Dias (Dias, 1928), três anos depois da saída de Norton de Matos: «…pode dizer-se que desde esse momento a colónia tem estado sem administração. O governo do senhor Rego Chaves, que prometia, à míngua dum plano largo e fecundo, ser criterioso e económico, durou tão pouco tempo que nem vale a pena exceptuá-lo do abandono ruinoso a que Angola foi votada».

O tenente-coronel Rego Chaves, no termo da sua curta estadia, fez entrega do governo de Angola ao chefe do Estado-Maior dos serviços de Marinha, capitão-de-fragata e vice-presidente do Conselho Legislativo Artur de Sales Henriques. Por sua vez este Encarregado do Governo-Geral entregou-o em 16 de Setembro do mesmo ano ao terceiro Alto Comissário e Governador-Geral, coronel de engenharia, António Vicente Ferreira (Lobo, 1964), o qual viria a ser, de certo modo, o sucessor de Norton de Matos. Angola ia entrar novamente num curto período de acalmia e de prosperidade.

Foi durante a curta governação do comandante Sales Henriques que se passou o episódio que descrevemos em outra ocasião (Mendes, 2001b), no qual, sob a chefia do Dr. António Tavares Lebre, o grupo formado pelos colegas Carlos Baptista Carneiro, Abel Lima do Sacramento Pratas e Augusto Lourinho fez um «serviço verdadeiramente missionário e que, além de ser do maior alcance do ponto de vista da riqueza pecuária, representa a maior e melhor medida até hoje tomada, a bem da política indígena da nossa fronteira sul. Bem hajam esses rapazes, dignos de todo o louvor e auxílio, quer moral, quer material». Contudo, foi já Vicente Ferreira quem assinou as portarias que reconheciam o serviço realizado e louvavam todos os seus intervenientes (Mendes, 2001b).

O Alto Comissário, António Vicente Ferreira é mais conhecido por, fascinado pelas características do meio geográfico onde se localizava a cidade do Huambo, que Norton de Matos fundara em plena savana africana, mas que se mostrava poucos anos depois já pujante de vida e em pleno desenvolvimento, transferir para ela a capital de Angola especificando porém que «…até que se realize a mudança, a sede do Governo-Geral continua na cidade de Luanda…» (Ferreira, 1926). Essa transferência porém nunca se concretizou e mesmo a sua elevação a sede de distrito demorou algumas dezenas de anos, embora fosse de toda a justiça pois o Huambo constitui «…uma unidade geográfica perfeita, quaisquer que sejam os aspectos por que seja encarada: geológico, orográfico, climático, agrícola ou popula-

cional» (Pinto, 1955).

Mas para nós, os veterinários, o Engenheiro Vicente Ferreira merece outras referências pois a ele ficaram os Serviços Pecuários de Angola devedores do seu mais importante impulso, pois logo no inicio do seu mandato viram satisfeita uma das suas mais importantes necessidades, pois dela dependeria quase toda a respectiva actividade profissional – a construção de um laboratório onde se estudasse a patologia animal da província e se produzissem os meios biológicos necessários ao diagnóstico e à profilaxia das doenças mais comuns nos animais. A história do Laboratório Central de Patologia Veterinária de Angola está feita em outro local (Mendes, 2002) e coube aos veterinários a honra de serem pioneiros na investigação científica em Angola, graças à compreensão e à ajuda de Vicente Ferreira, bem secundado pelos seus Secretários Provinciais Torres Garcia e Castro Soromenho.

Em 8 de Dezembro de 1927 o Boletim Oficial de Angola publicava o Diploma Legislativo nº 662 (S/A, 1927) no qual se definiam as "Bases Orgânicas dos Serviços de Pecuária da Colónia de Angola". Trata-se de um extenso documento que ocupa nada menos do que 8 páginas do Boletim Oficial da Colónia de Angola. Na longa introdução, reconhecia-se: a) que o armentio de Angola e os haveres em espécies animais eram uma das suas maiores riquezas; b) que a criação de bovinos, em especial, era a principal actividade económica de algumas raças de camponeses – pastores angolanos, para quem o gado e os seus produtos eram os únicos elementos de riqueza; c) que existiam regiões onde a pecuária era a única produção viável; e) que a criação de gado alimentava uma das fontes de riqueza mais importantes para o progresso da Colónia; f) que os colonos e os residentes europeus não praticavam a criação das espécies pecuárias e que a maioria das explorações existentes era pertença dos camponeses tropicais a quem incumbia a guarda e o manejo das manadas; g) que o estado sanitário dos animais era mau e vasto o quadro nosológico; h) que, em Angola, a exploração pecuária não adquirira ainda as características alcançadas em outros países novos, embora não se vivesse já no desconhecimento absoluto das suas possibilidades; i) que era vasto o campo aberto às iniciativas nessas áreas e vasto o mercado para os gados e seus produtos, mas que se impunha caminhar depressa; j) reconhecia-se oficialmente que, «…os animais domésticos representavam a principal condição da vida e da prosperidade dos povos…», porque o fomento agrícola dependia da riqueza pecuária e que por isso esta devia ser defendida e aumentada.

Depois, abordava-se a história recente: a) até 1921, era a dependência absoluta da antiga Inspecção da Agricultura, colocando os Serviços Pecuários num lugar secundário, prejudicando o seu andamento e progresso; b) considerava-se como sendo vasta a legislação publicada, mas que ela não permitia a necessária unidade de execução; c) em 1911 uma portaria criava uma Secção de Veterinária, directamente subordinada ao Governo-Geral, definindo as suas atribuições – nas áreas da patologia, da higiene e da policia sanitária e da zootecnia, mas um decreto do governo central anulou-a e repôs a situação anterior; d) considerava-se absolutamente justificável a pretensão dos técnicos dos Serviços Veterinários quando desejavam libertar-se da tutela da Inspecção de Agricultura; o que só viria a realizar-se com o regime dos Altos-Comissariados pois com eles veio também, finalmente, a independência dos Serviços Pecuários e o seu progresso passou a regular-se pelas portarias provinciais números 127 (S/A, 1923) e 15 (S/A, 1924a).

Porém essa organização de 1923 obedecia, naturalmente, à legislação geral da época ou seja, obrigava à divisão dos Serviços por distritos e consequentes Repartições Distritais. Surgiram por isso dificuldades e inconvenientes para um serviço de formação recente, com escassas dotações e pouco pessoal.

Fazia-se justiça ao trabalho já realizado e à boa vontade dos funcionários que os compunham: a) o incremento da Estação Zootécnica da Humpata – ainda em começo de vida; b) o trabalho técnico e de política indígena realizado pela Missão Veterinária da Huíla (Mendes, 2001b) que continuava merecendo os maiores louvores e tão benéfico fora para os gados do sul da Colónia no combate aos carbúnculos externo e interno, às piroplasmoses e às doenças parasitárias da pele – pela construção de tanques insecticidas; c) além disso o trabalho da Missão em região fronteiriça com um território, onde se praticava uma política diferente da nossa, fizera com que tivessem regressado a Angola, vindos dessas terras, muitos criadores com seus gados; mas além disso o trabalho da Missão era já de tal forma conhecido e fora tão útil o seu trabalho que chegavam até ao Alto Comissariado pedidos de criadores de outras regiões para que se estendesse até elas o benefício da acção médico-veterinária, pedidos que não podiam ser satisfeitos por falta de pessoal e de meios de actuação; d) as necessidades dos serviços tinham aumentado com a produção do trabalho realizado e a legislação vigente já não bastava.

Reconhecia-se assim a necessidade de ampliar as atribuições dos Serviços Pecuários, para que pudessem corresponder aquilo a que estavam destinados como agentes do fomento da riqueza da Colónia e afirmava-se caber ao Alto-Comissariado por em execução preceitos esquecidos ou prejudicados por disposições anteriores e como medida primacial reorganizar os serviços em novas bases bem definidas, tendo em vista as áreas em que a sua actuação se devia exercer e seriam as seguintes: «pelo estudo e combate das doenças do gado e pela aplicação de medidas de higiene e polícia sanitária apropriadas e adaptáveis ao meio; procurando obter a melhoria e o aumento das criações; dando incremento e estabelecendo as normas de aperfeiçoamento da produção dos derivados da industria animal; facultando assistência directa ao gado dos europeus e dos cam-

poneses tropicais; permitindo ao pessoal superior um trabalho útil e produtivo pela cooperação e liberdade de acção; entregando a técnicos, devidamente habilitados, determinados serviços que, pelas suas características, necessitam de uma aptidão especial.»

Considerava-se a actividade dos Serviços Pecuários como um elemento preponderante no estudo e combate das doenças dos gados e portanto seria dada realização à sua reivindicação mais importante… «mesmo à custa de sacrifícios a um Laboratório Central de Patologia Veterinária, localizado em ponto da Colónia facilmente acessível e apropriado, já previsto, e onde se prepararão também os soros e as vacinas necessários» (Mendes, 2002). Previa-se que agregados ao mesmo ficassem existindo pequenos laboratórios com características regionais e criavam-se também ambulâncias veterinárias, elementos auxiliares do combate às doenças dos gados.

Definiam-se as competências dos Serviços no fomento e no estudo zootécnico metódico do gado autóctone, aplicando os melhores métodos e os meios necessários para a obtenção dos melhores reprodutores e para melhorar as qualidades dos gados. Admitindo a conveniência de haver um critério único para estabelecer as directivas do fomento pecuário, atribuía-se esse papel à Estação Zootécnica Central, destinando-se a da Humpata à continuação do trabalho na melhoria da produção de leite e dos lacticínios e a fazer nascer o interesse pela produção de lã. Criavam-se igualmente oficinas tecnológicas e escolas de aprendizagem elementares junto aos estabelecimentos zootécnicos

Atribuía-se às Delegações de Sanidade Pecuária uma importância capital, dada a sua actuação directa na produção e na industria animal, pois que nelas e no pessoal que as servem, os criadores deverão encontrar os conselhos e as normas de maneio mais aconselháveis para as suas explorações, tomando em consideração os seus próprios casos.

As características regionais, as facilidades de comunicações, a maior ou menor quantidade de gados por distrito impunham uma nova divisão territorial dos Serviços Pecuários, diferente da administrativa que permitisse uma mais eficiente rede de actuação geral em todo o território.

Considerando a "necessidade da assistência veterinária, que é muito diferente da humana pois nela é o médico que se desloca até ao doente e não é este que vai até ao médico, criavam-se as ambulâncias veterinárias. Desse facto resultava a necessidade de fornecer aos médicos-veterinários as necessárias possibilidades para as suas deslocações".

Finalmente reconhecia-se a necessidade absoluta de os Serviços Pecuários possuírem um mais vasto quadro de pessoal, o que seria feito pouco a pouco, dadas as condições financeiras da Colónia e as dificuldades para o angariamento do pessoal.

Termina esse extenso intróito onde se traça desde logo todo um programa de actuação por uma longa transcrição de um trecho do livro que havia sido publicado pouco tempo antes em França pelo Doutor Emile Brumpt, professor de patologia Veterinária Exótica e que acabara de visitar Angola: Não a transcrevemos por nos parecer que nada acrescenta ao que foi afirmado nas linhas antecedentes.

O Alto-Comissário, no uso das suas competências estabelecia em seguida as "Bases Orgânicas dos Serviços de Pecuária da Colónia de Angola", em número de XVIII.

Infelizmente, como já dissemos, com a saída de Vicente Ferreira a obra que se encontrava em execução foi suspensa, mas ainda se deu cumprimento ao diploma que descrevemos, nas suas linhas gerais e que permitiu a primeira ocupação veterinária efectiva e, tanto quanto possível racional, da Província. Anexo a este escrito reproduzimos essa primeira Organização dos Serviços.

Angola iria atravessar um período muito difícil durante o qual, invocando-se a necessidade do equilíbrio orçamental o desenvolvimento se tornou mais lento. Além disso os Encarregados do Governo, os Governadores-Gerais Interinos, os Governadores--Gerais, os Altos Comissários sucediam-se e a Colónia, agora fazendo parte do declarado "Império Colonial Português" voltava a ser governada por Decreto e a partir de Lisboa.

Foi um destes Governadores que poderemos chamar em trânsito, pois desempenhavam funções que raramente excediam um ano, quem nomeou, sob proposta do Director dos Serviços Pecuários, em despacho de 19 de Novembro de 1930, uma comissão chefiada pelo Doutor Geraldo Gomes Loureiro para redigir novos "Regulamentos dos Serviços Pecuários e da Sanidade Pecuária e da Industria Animal da Colónia de Angola" de acordo com as "Bases Orgânicas dos Serviços Pecuários" (S/A, 1924b; S/A, 1927). Era Governador-Geral o coronel José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro e director dos Serviços Pecuários o Doutor Artur d'Almeida d'Eça (S/A, 1932b).

Os primeiros 10 anos

Em 1933 Frederico Bagorro Sequeira publicou um importante balanço da primeira década de actividade dos Serviços Pecuários (Sequeira, 1933). Dele respigamos as breves notas que se seguem.

Na sua opinião, o que houve antes foi apenas uma vaga e incipiente actuação veterinária que não teve história, não deixou vestígios, nem resultados económicos. Os postos da Quizenga, da Ganda e da Humpata, para além de uma casa de residência não passaram de boas intenções pois... «Tinham os Serviços a modesta importância de Secção, dependente da velha Inspecção de Agricultura sobre que pesavam algumas dezenas de anos de descrédito público». E continua: «…em 1919 chegaram à Colónia três veterinários que reforçaram o único que então existia. Em 1921 chegam mais três

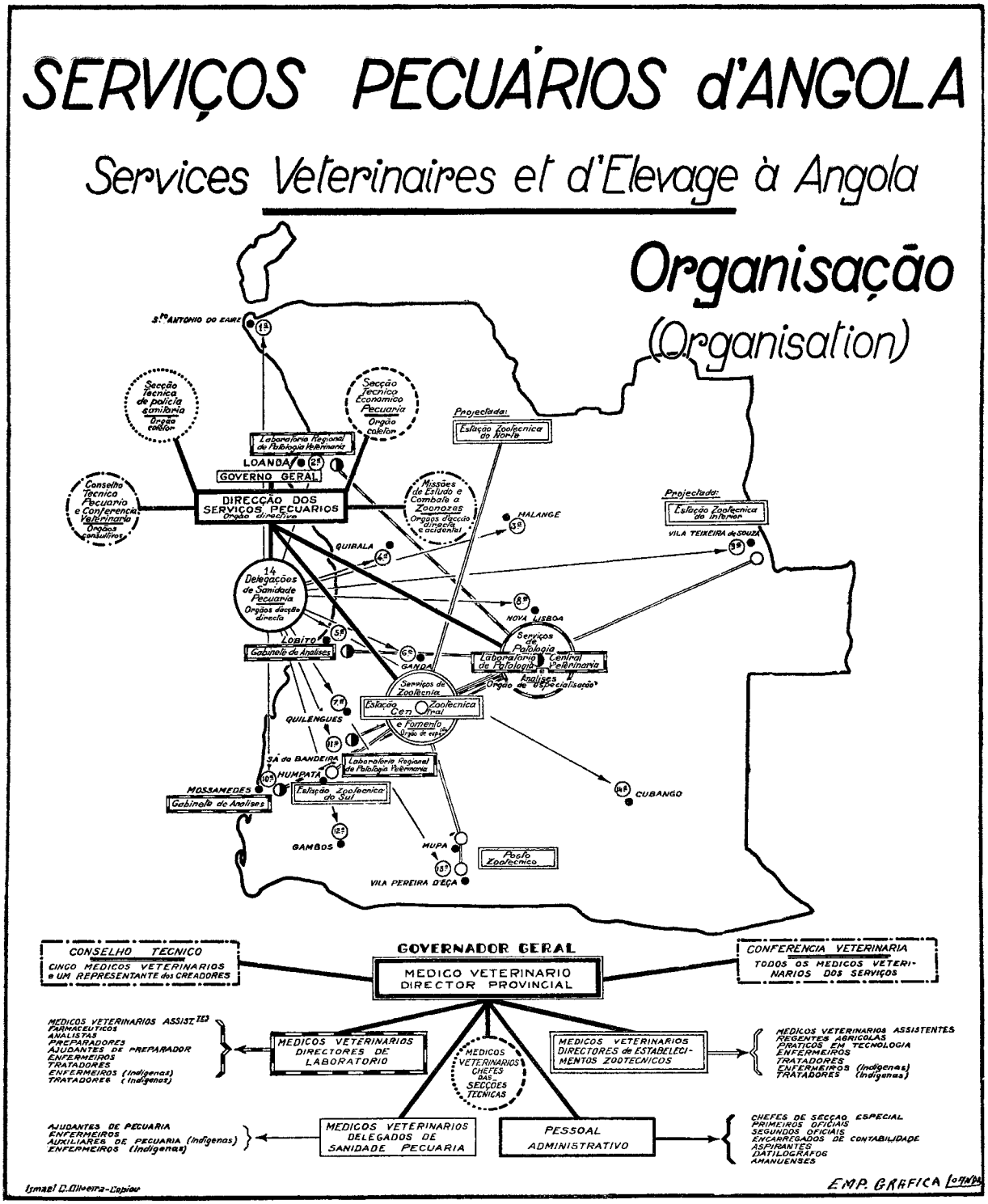

Figura 1 - Organização dos Serviços Pecuários de Angola. Extraído de Pecuária - Anais dos Serviços Pecuários de Angola, 1930-31-32, página 157.

e criou-se a Direcção dos Serviços de Pecuária, com organização administrativa e técnica próprias, mas não se caminha tão depressa como se deseja, pois até 1923 os Serviços viveram apenas de promessas. Porém, nos dez anos que se seguiram dificilmente se poderia ter tirado mais rendimento. Neste período se executou tudo quanto a colónia possui, desde a montagem e organização dos Serviços, que atesta, pela Colónia fora, uma efectiva ocupação económica. Nessa década os Serviços venceram a sua etapa mais difícil e ingrata – a instalação – e enfrentaram os mais importantes problemas de execução, em marcha para a sua final resolução».

Os Serviços não atingiram ainda o topo dos seus objectivos «… mas confiam nos seus destinos, apoiados firmemente na sua organização, na dedicação do seu pessoal, no apoio do Governo da Colónia e da opinião pública». E Bagorro Sequeira, um dos colegas desembarcados em 1919, em Angola, continua: «… Contam hoje os Serviços Pecuários, no seu quadro: quinze veterinários, chefiando doze Delegações, duas Estações

Zootécnicas e um assistente do Laboratório; há no seu orçamento ainda duas vagas a preencher. À excepção de um, todos têm mais de cinco anos de permanência na Colónia e quase todos têm menos de quarenta anos de idade. É, por consequência, um quadro de pessoal técnico à altura da sua missão, instruído na Colónia, perfeitamente fixado e integrado na sua profissão e no pleno uso de todas as suas faculdades físicas e intelectuais. O mesmo se pode dizer do pessoal auxiliar de campo e de secretaria. A uns e outros anima o mesmo espírito de bem servir, a mesma ânsia de fazer cada vez mais e melhor, e aqui está a verdadeira, a única virtude dos Serviços Pecuários. Há ainda a considerar que, durante esta década de actividade, nunca os Serviços Pecuários tiveram necessidade de alterar o seu programa inicial, não havendo por consequência, desperdício de tempo, de trabalho e de dinheiro, o que revela, sobretudo, plano de organização bem estudado, sequência e método na execução» (Sequeira, 1933) (figura 1).

Tinha razão Frederico Bagorro Sequeira, um dos mais ilustres colegas que por Angola passaram, para se mostrar esperançoso no futuro e satisfeito pelo trabalho realizado neste primeiro período de trabalhos, em condições especialmente difíceis, provenientes do meio natural e também «…um pouco por falta de auxílio ou atenção do Governo da Colónia, em determinados períodos da sua administração».

Porém os anos seguintes iriam desmentir o seu optimismo.

Em 1935 o Dr. Almeida d'Eça foi transferido para a direcção dos Serviços de Pecuária de Moçambique, sem o ter pedido, sob a justificação oficial do excelente trabalho que realizara em Angola. A razão verdadeira permaneceu na mente do legislador… Na prática foi permutado com o Dr. António Augusto Aires que estivera contratado pelo General Norton de Matos em Angola em 1920, como delegado de Sanidade Pecuária de Quilengues, e que ocupava agora o lugar de Director dos Serviços de Veterinária e Pecuária, em Lourenço Marques. O Dr. Bagorro Sequeira deixara o lugar de Delegado de Sanidade Pecuária do Lobito e era o chefe da secção Técnica Económico-Pecuária da Direcção dos Serviços de Veterinária e Pecuária dos quais viria a ser director interino, depois do regresso de António Aires a Moçambique, pois Almeida d'Eça regressaria pouco depois a Lisboa, vindo a assumir o Lugar de Director dos Serviços de Abastecimento da Câmara Municipal de Lisboa, onde se distinguiu pela sua competência e capacidade organizadora.

Neste mesmo ano, por força do disposto na Carta Orgânica do Império Colonial Português, os Serviços Pecuários haviam passado a denominar-se Serviços de Veterinária e Pecuária. Os Dr. António Augusto Aires e Abel Pratas publicaram umas: "Bases Orgânicas dos Serviços de Veterinária e da Industria Animal do Império Colonial Português" (Aires, 1936), que não tiveram seguimento.

Em 1939, novas normas, ditas de austeridade e poupança, mais uma vez emanadas do Governo Central, criaram em Angola uma Direcção dos Serviços de Fomento Económico (S/A, 1939). A Repartição dos Serviços de Veterinária e Pecuária foi extinta, passando a constituir a 3ª Repartição de Pecuária. Nela iria permanecer até 1942, quando se estabeleceram novas Bases Orgânicas que passavam a reger a organização e o destino dos, agora crismados: "Serviços de Veterinária e da Industria Animal", dirigidos por uma Repartição Central, directamente dependente do Governador-Geral.

Com nova carta de alforria iniciava-se uma outra era, sob a chefia do Dr. Abel Lima do Sacramento Pratas.

Agradecimentos

Aos colegas José Cameira Leitão e Victor A. de Matos pelas ajudas dadas na preparação do texto e à Sociedade de Geografia de Lisboa pelas facilidades concedidas na sua riquíssima Biblioteca.

Bibliografia

Aires, António Augusto e Pratas, Abel (1936). Bases orgânicas dos Serviços Veterinários e da Industria Animal do Império Colonial Português. Pecuária – Anais dos Serviços de Veterinária (I parte) 7º ano. Imprensa Nacional, Luanda, 5-19.

Dias, Gastão Sousa (1928). Cartas de Angola. Ed. Seara Nova, Lisboa, pág. 35.

Ferreira, António Vicente (1926). Carta Orgânica de Angola. Decreto nº 12467 de 11.10.1926

Lobo, Júlio de Castro (1964). Governadores – Gerais e outras Entidades de Função Governativa da Província de Angola. Centro de Inf. e Turismo, Luanda. pág. 51–52.

Mendes, A. Martins (2000a). Origens dos Serviços Veterinários de Angola (I parte). Veterinária Técnica, Outubro, 8-16

Mendes, A. Martins (2000b). Origens dos Serviços Veterinários de Angola (II parte). Veterinária Técnica, Dezembro, 12-20

Mendes, A. Martins (2001a). A criação dos Serviços Pecuários em Angola. Veterinária Técnica, Janeiro, 8-16

Mendes, A. Martins (2001b). A Missão Veterinária da Huíla. Episteme, Ano III, 2ª série, Nºs. 7,8 e 9, pág. 425.

Mendes, A. Martins (2002) A História do Laboratório Central de Patologia Veterinária de Angola. Rev. Ciênc. Veter. vol. XXVII, 541, 13-22.

Pinto, A. Vasconcelos (1955). A divisão distrital de Angola. Garcia de Orta, 3, 55-57

S/A (1911). Decreto Prov. s/n- Bol. Of. Angola, nº24, 17. 06.1911.

S/A (1923). Portaria Prov. Nº 127 - Bol. Of. Angola, I série, Nº3, 14.07. 1923, pág. 283.

S/A (1924a). Portaria Prov. Nº 12 – Bol. Of. Angola, I série, Nº 12, 02.02.1924, pág. 20.

S/A (1924b). Portaria Prov. Nº 25 – Bol. Of. Angola, I série, Nº 3, 22. 02.1924.

S/A (1927). Diploma Legislativo nº 662 – Bol. Of. Angola, I série, Nº49, 10.12.1927, pág. 841.

S/A (1932a). A visita à Estação Zootécnica do Sul. Bol. Agência Col., Ano 8º, 428.

S/A (1932b). Portaria Provincial Nº 847- A. 2 de Setembro de 1931. Suplemento ao Bol. Of. Angola Nº6, I serie, 11.2.1932.

S/A (1939). Decreto nº 29583 de 10 Maio 1939- Bol. Of. Angola, nº24, 17. 06. 1939.

Sequeira, Frederico Bagorro (1933). Balanço Oportuno. Pecuária, Anais dos Serviços Pecuários de Angola, 5-23